



Anais da Assembléia

N.º 142

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 12 DE DEZEMBRO DE 1983

ANO IX

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA

ATA DA 133.ª SESSÃO ORDINÁRIA

CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA

REALIZADA EM 12 DE DEZEMBRO DE 1983

SEGUNDA-FEIRA

Mensagem 157/83

Curitiba, 28 de novembro de 1983.

Presidência do senhor deputado Nestor Baptista, secretariada pelos senhores deputados Djalma de Almeida Cesar e Eron dy Silvério.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Annibelli, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgar Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Eron dy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Bufara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quielse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Mensagens:

Mensagem 156/83

Curitiba, 28 de novembro de 1983.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a vossa excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Segundo Termo Aditivo datado de 27 de outubro de 1983, ao Convênio n.º 22/82, celebrado em 18 de novembro de 1982, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e a Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes — Geipot, para os objetivos que especifica.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a vossa excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a vossa excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrados em 06 de maio de 1983, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os municípios de Grandes Rios e Santa Terezinha de Itaipu, objetivando adoção conjunta com vistas à execução do PROGRAMA ESPECIAL PARA MELHORAMENTOS DE ESTRADAS INTERMUNICIPAIS PARA ESCOAMENTO DE SAFRAS — “PROSAFRAS”, no exercício de 1983.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a vossa excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

Mensagem 158/83

Curitiba, 28 de novembro de 1983.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a vossa excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrados em 08 de julho de 1983, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os municípios de Manoel Ribas, Missal, Moreira Salles e Quatiguá, objetivando a execução de obras para recuperação ou construção de pontes.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a vossa excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado.

Mensagem 159/83

Curitiba, 28 de novembro de 1983.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a vossa excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrados em 13 de outubro de 1983, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os municípios de Catanduvas, Medianeira e Três Barras do Paraná, objetivando a execução de obras para recuperação de estradas.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a vossa excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA
Governador do Estado

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção na ata dos trabalhos da sessão de hoje, um voto de profundo pesar, pelo falecimento do senhor FERES GUÉRIOS NETTO, ocorrido nesta Capital, no dia 07 do corrente.

O extinto deixa viúva a senhora Cleys Pernetá Davi Guérios e os filhos Feres, Cesar, Rafael e Magnus.

Requer, outrossim, que a decisão desta augusta Casa, dê-se ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 12 de dezembro de 1983.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, a aprovação de um voto de profundo pesar pelo falecimento do senhor Geraldo Belther, cidadão pontagrossense, ocorrido nesta Capital.

O senhor Geraldo, havia seis anos, mudara-se do distrito de Lindianópolis, onde até hoje é bem conceituado pelas suas atividades lá exercidas.

Sala das Sessões, em 12 de dezembro de 1983.

(a) ORLANDO PESSUTI.

REQUERIMENTO

SÚMULA:

Na condição de parlamentares oriundos da mesma cidade e militantes uniformes das mesmas causas sócio-comunitárias, bandeira transcendente e sob a qual se perfilarão em suporte secundário as divergências político-partidárias, os deputados Ferrari Júnior e Tadeu França solidarizam-se na dor com os familiares do deputado estadual Luiz Gabriel Sampaio, de saudosa memória.

Senhor Presidente.

Os deputados que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM à Mesa, seja oficiado aos familiares do deputado Luiz Gabriel Sampaio, de saudosa memória, externando-lhes nossa mais intensa solidariedade e pêsames pelo passamento irreparável e que consternou toda a sociedade paranaense.

Cidadãos politicamente oriundos da mesma sociedade em meio a qual se consolidou o perfil político de Gabriel Sampaio, externamos que é também nossa a dor pelo infortúnio que precocemente o vitimou.

Sala das Sessões, em 12 de dezembro de 1983.

(aa) FERRARI JÚNIOR e TADEU FRANÇA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, a consignação na ata da sessão de hoje, votos de congratulações ao jornal "Folha de São Paulo" pelo editorial publicado ontem, dia onze, intitulado "Em Nome da Dignidade", com consequente encaminhamento ao excelentíssimo senhor Boris Casoy, diretor responsável.

"... Mas, afinal, que é que separa esta aspiração nacional maior de sua efetiva concretização? Por que, neste momento os brasileiros ainda não podem tranquilizar-se com a certeza de

que seus representantes, com os meios legítimos de que dispõem promoverão o tão esperado entre o poder público e a sociedade? Que está ainda a impedir a grande festa cívica que seria o comparecimento às urnas de 60 milhões de eleitores, em fins do ano próximo, para escolher o futuro presidente da República?..."

Com tais indagações, a "Folha de São Paulo", em seu editorial, reafirma seu posicionamento em defesa do restabelecimento das eleições diretas para a presidência da República, denunciando a série de casuísmos "como a montagem de artifícios e enxertos; o chamado "pacote de abril", criando em forma de decreto, os senadores "biônicos", em 1977; a Emenda Constitucional do ano passado que veio a garantir nova maioria governamental no Colégio, prestes a ser perdido nas urnas, para as oposições, fraudando com isso, a vontade do eleitorado".

A postura daquele importante órgão da imprensa nacional, condiz verdadeiramente com os anseios populares, uma vez que a opinião pública em sua maioria absoluta, de diversas formas, tem manifestado o desejo de votar para a escolha do próximo presidente da República.

Hoje, mais do que nunca, é sabido que a campanha pelo restabelecimento da plenitude democrática, notadamente no que diz respeito às eleições para presidente, não deve ser apenas uma luta dos partidos políticos existentes, mas incumbência de todos os segmentos democráticos, especialmente dos órgãos de comunicação, que devem ser sempre o instrumento de expressão do povo.

A "Folha de São Paulo", ao longo de sua existência, sempre pautou por um comportamento coerente ante ao momento brasileiro e a outras conjunturas, indo sempre além do simples relatar dos acontecimentos, e sim interpretando-os, realizando pesquisas a fim de diagnosticar o pensamento das comunidades sobre os temas que as envolvem, abrindo espaço para a manifestação de todas as correntes de opinião.

Portanto, sem dúvida alguma, a concretização dos dispositivos legais que restabelecem as eleições diretas para a presidência, amplia-se em face do posicionamento desse matutino, podendo pôr fim aos governos autoritários que continuam instalados desde 1964, de forma ilegítima, que dentre as diversas ações repugnantes, negocia e compromete os destinos da nação, sem o devido respaldo popular.

Sala das Sessões, em 12 de dezembro de 1983.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, sejam consignados na ata da presente sessão, votos de regozijo pelo transcurso do "Dia da Bíblia", ontem comemorado, e de louvor ao prefeito municipal de Curitiba, doutor Maurício Fruet, pela entrega do "Monumento à Bíblia", ocorrida no dia 10 transato.

Outrossim, aprovado este requerimento, dê-se ciência da decisão da Casa à Sociedade Bíblica do Brasil e ao prefeito municipal de Curitiba.

Sala das Sessões, em 12 de dezembro de 1983.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

JUSTIFICATIVA:

A Bíblia, a mais conhecida e lida obra literária da História, constitui-se em autêntica Fonte de Luz e Sabedoria.

Proporciona orientação, inspiração, paz e certeza de perdão, pelo conhecimento do Salvador Jesus Cristo, revelado em suas páginas.

Como disse o ilustre homem público, que honrou a Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo com a sua vibrante ação parlamentar, o doutor Ivan Espíndola D'Ávila: "A Bíblia não é um livro, é uma mensagem."

Milhões de vidas foram transformadas pelo poder da Pala-

vra de Deus, dando testemunho de experiências particularmente empolgantes.

Por outro lado, a Capital paranaense foi enriquecida no último dia 10 do corrente mês, com a concretização de um ideal há muito acalentado pelos que amam as Sagradas Escrituras: "O Monumento à Bíblia".

Quando vereador à Câmara Municipal de Curitiba, o deputado que assina esta proposição teve a honra de ver aprovada e sancionada pelo prefeito municipal da época, a iniciativa sua que resultou na Lei n.º 4.320, de 06 de setembro de 1972, com a seguinte redação em seu artigo 1.º: "Fica o Poder Executivo autorizado a erigir num dos logradouros públicos desta Capital um monumento à Bíblia".

Assim, com a satisfação de ver na prática o vislumbrado enquanto redigia o projeto de lei, e em nome de todos os que estimularam o mesmo, e segundo a orientação bíblica "a quem honra, honra", espero seja aprovado pelos nobres pares o voto de louvor ao prefeito Maurício Fruet, pela execução do previsto na referida lei.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, o envio de expediente ao excelentíssimo senhor secretário de Estado da Cultura e Esporte, Fernando Gignone, solicitando construção de quadra de esportes no distrito de Ariranha, localizado no município de Ivaiporã.

Sala das Sessões, em 12 de dezembro de 1983.

(a) ORLANDO PESSUTI.

JUSTIFICATIVA:

A importância da prática desportiva para o bom desenvolvimento físico e social de nossa população é incontestável.

E o referido distrito, apesar de sua contribuição para o Estado com sua arrecadação fiscal, não se acha servido por quadra de esportes.

Sua construção virá em prol da melhoria da qualidade de vida de sua população, o que por si, apenas, justifica nosso pedido.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, o envio de expediente ao excelentíssimo senhor secretário de Estado da Cultura e Esporte, Fernando Gignone, solicitando medidas visando a construção de quadra de esportes no distrito de Jacutinga, localizado no município de Ivaiporã.

Sala das Sessões, em 12 de dezembro de 1983.

(a) ORLANDO PESSUTI.

JUSTIFICATIVA:

A importância da prática desportiva para o bom desenvolvimento físico e social de nossa população é incontestável.

E o referido distrito, apesar de sua contribuição para o Estado com sua arrecadação fiscal, não se acha servido por quadra de esporte.

Sua construção virá em prol da melhoria da qualidade de vida de sua população, o que por si apenas, justifica nosso pedido.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições, REQUER, ouvido o Plenário, o envio de expediente ao excelentíssimo senhor secretário de Estado do Interior, deputado Nelson Friedrich, solicitando as devidas medidas e gestões

visando a instalação, pela Telepar, de linha telefônica no Aeroporto "Águia Branca", localizado no município de Manoel Ribas.

Sala das Sessões, em 12 de dezembro de 1983.

(a) ORLANDO PESSUTI.

JUSTIFICATIVA:

O Aeroporto "Águia Branca", localizado no município de Manoel Ribas, é o único na região central do Paraná com pista pavimentada.

Em consequência, a grande maioria das aterrissagens e decolagens têm sido através daquele Aeroporto.

Em que pese sua importância, não se acha servido por serviço telefônico.

Motivo esse que justifica o atendimento ao nosso pedido, que se soma ao da municipalidade.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, o envio de expediente ao excelentíssimo senhor secretário de Estado do Interior, deputado Nelson Friedrich, solicitando a extensão, pela Sanepar, da rede de distribuição de água ao Aeroporto "Águia Branca", localizado no município de Manoel Ribas.

Sala das Sessões, em 12 de dezembro de 1983.

(a) ORLANDO PESSUTI.

JUSTIFICATIVA:

O Aeroporto de Manoel Ribas é o único em toda a região central do Paraná com pista pavimentada.

Em consequência, a grande maioria das aterrissagens e decolagens têm sido realizada através daquele Aeroporto.

Em que pese sua importância, não se acha servido pelo serviço de distribuição de água tratada.

Motivo esse que justifica o atendimento ao nosso pedido, que se soma ao da municipalidade.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja transcrito nos anais desta Casa o artigo "Preito a Alcidez Munhoz Neto", de autoria do ex-deputado Accioly Neto, publicado no jornal "Gazeta do Povo", onde se presta justa e merecida homenagem àquele ilustre vulto das ciências jurídicas em nosso Estado, tão tragicamente desaparecido.

Sala das Sessões, em 12 de dezembro de 1983.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao senhor deputado Jorge Maia Filho, inscrito.

O SR. JORGE MAIA FILHO — Senhor presidente, senhores deputados.

Mais uma vez, ocupamos a tribuna da Assembléia Legislativa, para tecermos comentários sobre a eficiência do governo participativo do PMDB.

Chegou-me às mãos um ofício encaminhado pela Associação Comercial e Industrial de Apucarana, Associação essa que congrega a Fetap, que é um órgão feito pela comunidade de Apucarana para realização de cursos profissionalizantes.

É com pesar que eu leio um ofício que foi endereçado a senhora Lilian Ana Vachowski, datado de 04/07/83, onde a Associação Comercial e Industrial de Apucarana pede à Fundepar, para que seus cursos profissionalizantes continuem a serem

realizados a uma pequena parcela de participação da Fundepar, que seria o mínimo de vinte e cinco carteiras, uma mesa, uma escrivaninha e um quadro-negro.

Ofício mandado em junho para a Fundepar e hoje, recebemos da Associação Comercial de Apucarana, um pedido de interferência à Superintendente da Fundepar, senhora Ana Lillian Vachowski, para que remeta esse pequenos e mínimos materiais para aquela cidade.

É difícil, é triste e lamentável, ao chegarmos no interior, irmos às nossas bases, às nossas comunidades e vemos aquele povo que deu a vitória a este governo que aí está e não recebe o mínimo de colaboração, um mínimo sequer para que possa a comunidade dar continuidade aos seus projetos.

Fica aqui um apelo deste deputado que representa dez mil votos daquela cidade.

Já que o governo que aí está nada deu a Apucarana, até agora, pelo contrário, teve o desprazer de tirar órgãos instalados naquela cidade.

Nós pedimos o mínimo, senhor presidente, que atenda pelo menos estes cursos profissionalizantes que é feito pela comunidade da nossa cidade. É um pedido mínimo feito a senhora superintendente da Fundepar, para que pelo menos termine este ano, que o governo do senhor José Kalil Richa com seu PMDB participativo, dê uma migalha, pelo menos uma migalha para aquele povo que confiou no seu nome, na sua equipe. E nós estaremos aqui, toda vez que for necessário, nesta tribuna, para defender as mínimas coisas para a nossa comunidade, como também, para o máximo que o governo possa dar.

Acreditamos neste apelo que fazemos a senhora superintendente da Fundepar e pelo olhar expressivo do senhor presidente, transforme o dele, o mensageiro para que fale a senhora superintendente para que atenda o pedido da Associação Comercial e Industrial de Apucarana.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao senhor deputado Nelson Buffara, inscrito.

O SR. NELSON BUFFARA — Senhor presidente, senhores deputados.

Apenas e tão somente para manifestar o meu mais veemente repúdio por essa demonstração do senhor governador do Estado de São Paulo, o esclerosado Franco Montoro, pela atitude arbitrária, insolente e atrevida, cometida na semana passada numa propriedade da progenitora do deputado Paulo Malluf.

É bem verdade que talvez seja este um depoimento suspeito por ser eu um eleitor daquele político por ocasião da escolha dos presidenciáveis, na sucessão presidencial, mas não poderia, como deputado estadual que sou, deixar de prestar a minha solidariedade a um deputado federal, que teve o lar da senhora sua mãe conspurcado, porque a inviolabilidade do lar é sagrada, portanto, o fato em si caracterizou-se, na minha opinião, como uma aberração, um ato discricionário de violência, e eu aqui, nesse momento, por mais que seja um fato ocorrido noutro Estado, estou para demonstrar o meu repúdio a esse governo discricionário, despótico, que não fez outra coisa senão demonstrar a sua inoperância.

Governador que a cada dia desce, decresce no conceito popular e talvez para ofuscar este clima violento que ele vem sofrendo da imprensa e na opinião pública, tivesse adotado esta atitude que me causa náuseas, partindo de um homem que não soube agir no momento preciso, que agiu com violência, mas ele aguardará o resultado dessa campanha odiosa que vem desenvolvendo contra o ex-governador, e atual deputado federal Paulo Malluf, seis meses no seu governo não fez outra coisa senão vasculhar a vida desse homem íntegro que é Paulo Malluf, não encontrou nada, absolutamente nada, um governo que não realizou até hoje, fez mil promessas e não fez nada de con-

creto. A ele o nosso desprezo, a Paulo Malluf a nossa solidariedade.

Muito obrigado, senhor presidente.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Concedo a palavra, no Grande Expediente, ao senhor deputado Paulo Furiatti, inscrito.

O SR. PAULO FURIATTI — Senhor presidente, senhores deputados.

Na semana que passou estivemos nesta tribuna trazendo ao conhecimento dos senhores deputados e da opinião pública do Paraná as recentes nomeações para o Tribunal de Contas de 48 nomeações, incluindo entre elas, três prefeitos, filhos de auditores, inúmeros parentes de pessoas ligadas a este Tribunal.

Dizíamos, naquela oportunidade, que não entendíamos esta atitude do presidente do Tribunal de Contas, Cândido Martins de Oliveira, como uma atitude legal e como uma atitude moral, inclusive, fomos aparteados pelo nobre líder dessa Casa o deputado Luiz Alberto Oliveira.

Posteriormente, encaminhamos solicitação via CPI da Corrupção para que aquele Tribunal nos encaminhasse uma série de respostas a perguntas feitas, para que pudéssemos avaliar com mais profundidade aquele ato, verificando a Constituição Federal, nós concluímos que este tipo de nomeação por processo seletivo interno é ilegal, visto que, na Constituição brasileira, num dos seus artigos, está escrito que a nomeação para cargos efetivos, para cargos públicos, necessitam como condição fundamental que as pessoas passem por um concurso público e não apenas por um concurso seletivo interno.

Mas, no domingo, a "Folha de Londrina" publicou uma matéria com o título "CÉU DA BOA VIDA", que relata as denúncias feitas nesta tribuna e a posição de alguns outros deputados, e na mesma página, o presidente do Tribunal de Contas diz que tudo é legal, tudo é moral.

Não quero aqui dizer que somos os donos da verdade. Porém, a CPI da Corrupção encaminhou ofício ao Tribunal de Contas pedindo as seguintes informações: edital de convocação; número de vagas; composição da comissão que presidiu o teste; relação dos candidatos; as respectivas notas obtidas; os critérios que determinaram esse procedimento; horário de trabalho; comprovação de frequência dos aprovados; vencimentos dos cargos a serem preenchidos, e grau de parentesco dos aprovados com procuradores, auditores e conselheiros do Tribunal de Contas.

E até hoje, senhor presidente, senhores deputados, a CPI não recebeu as respostas. Se o presidente do Tribunal de Contas, senhor Cândido Martins de Oliveira, entende que a atitude é legal e moral, eu o desafio - ainda esta semana que vem - a remeter as informações, porque se efetivamente é legal e moral, essas informações têm que estar à mão do presidente do Tribunal de Contas.

Será que ele não tem o edital de convocação?

Será que ele não pode informar o número de vagas?

Será que ele não pode informar a composição da Comissão que presidiu o teste?

Será que ele não tem a relação dos candidatos?

Será que ele não tem as respectivas notas obtidas?

Será que ele não tem os critérios que determinaram procedimento?

Será que ele não tem o horário de trabalho, a comprovação da frequência dos aprovados, os vencimentos dos cargos a serem preenchidos e o grau de parentesco?

Entendo que a opinião do presidente do Tribunal de Contas, na sua opinião, até por isso ser legal, ser moral. Porém, se as informações não vierem logo, não vierem ainda para o período de dezembro, a esta Casa, eu serei obrigado a entender que poderá estar ocorrendo alguma sonegação de informação. E

ai, a situação será mais grave.

Portanto, senhor presidente e senhores deputados, o Tribunal de Contas do Paraná tomou uma atitude; a Assembléia Legislativa, através de Comissão Parlamentar de Inquérito, solicitou informações. E eu faço, aqui, um desafio ao presidente do Tribunal de Contas que remeta as informações — o quanto antes — porque isso apenas demonstrará que a atitude foi tomada em cima de critérios. A avaliação dessas informações, nós faremos dentro de uma Comissão Parlamentar. Esta é a questão fundamental, porque o fato concreto é que o Tribunal de Contas, por um processo de seleção interna, nomeou 48 pessoas, e as informações precisam vir; as informações necessárias para que possamos avaliar este ato do Presidente do Tribunal de Contas, senhor Cândido Martins de Oliveira.

É isso, senhor presidente.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Consulto à liderança do PMDB se fará uso do horário que lhe é destinado.

Com a palavra o senhor deputado Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO — Senhor presidente e senhores deputados. (Lê).

O regime político que vige no País há quase vinte anos, além de centralizar todo o poder de decisão e anular qualquer manifestação de poder por parte da opinião pública, sacrificou em consequência dessa política, os recursos naturais do nosso Estado, que foram aumentar o patrimônio do Governo do Estado de São Paulo, de Empresas Federais como a Eletrosul, ou Binacionais como Itaipu.

Até meados de 1980, a produção da Companhia Paranaense de Energia Elétrica- COPEL, não chegava a 60 por cento do consumo de energia elétrica no Estado, tendo que comprar à Eletrosul o restante de energia elétrica para atender o mercado estadual, recurso este, que aquela subsidiária da Eletrobrás produzia em território paranaense.

A partir da inauguração da Usina de Foz do Areia, a COPEL ficou em condições de atender com tranquilidade o mercado paranaense; porém, cláusulas contratuais desvantajosas, obrigam-na a exportar o superávit dessa produção à Eletrosul.

Diante dessas ponderações, chega-se à conclusão de que a Copel deve atender ao seu mercado com energia por ela produzida dentro do Estado, pois caso contrário a evasão dos recursos gastos, constituem uma verdadeira sangria em favor do poder central, que irá aplicá-los em programas não prioritários, ou até exóticos como se tem constituído o Programa Nuclear Brasileiro.

Porém, o cúmulo da questão energética no Estado, fosse dúvida, atingido no início deste mês, quando o periódico "Gazeta Mercantil" do dia 03.12.83, publicou um artigo em que afirma que a Eletrobrás quer que a Copel compre, através da sua subsidiária Eletrosul, 160 MW de energia, em 1984. Tal transferência de energia, segundo o diretor presidente da Copel, Doutor Ary Veloso Queiroz, é desnecessária para o nosso Estado, e tão pouco a Companhia Paranaense de Energia Elétrica dispõe de CR\$ 15 bilhões para transferir ao caixa da Eletrosul.

A exigência, segundo o diretor financeiro da Eletrobrás, senhor Massato Yokota, é uma prática normal da empresa, fazendo inclusive, parte do planejamento de distribuição de energia. Ao fazer seus programas de investimentos, aquela empresa fixa alguns índices para o crescimento do mercado, levando em conta os fenômenos hidrológicos de cada região; mas como as concessionárias foram surpreendidas por um menor crescimento do mercado e com um período hidrológico favorável, não necessitando recorrer à energia gerada pela Eletrosul, haveria a necessidade de este custo de manutenção ser repar-

tido entre todos.

No entanto, a verdade é que, desde a entrada em funcionamento da Usina de Foz do Areia, em 1981, o Estado não mais precisou comprar energia da Eletrosul; inexplicavelmente porém, um contrato de compra de energia da Eletrosul, pelo prazo de dez anos, e que terminou em 1982, foi prorrogado por mais de um ano pela anterior gestão da Copel, sem que para tal energia houvesse demanda. Além disso, embutido no contrato, ficou a autorização para a Copel utilizar as linhas de transmissão da Eletrosul em território paranaense, visando o transporte da energia gerada em Foz do Areia.

Diante desse uso das instalações das linhas da Eletrosul, o diretor presidente da Copel propôs o pagamento de um aluguel, que segundo seus cálculos equivaleriam a 20 MW; no entanto a resposta da Eletrosul, foi de um aluguel ao custo de 250 MW. Em decorrência desse elevado aluguel, Ary Queiroz convidou os técnicos daquela subsidiária, para que em reunião conjunta com a Copel demonstrassem as razões de tal preço, reunião esta à qual os convidados não compareceram.

Consultada a Eletrobrás, sobre a situação, esta decidiu que a alternativa é a Copel firmar por mais um ano o contrato que vigorou em 1983, isto é a simples compra de 160 MW ao preço (inacessível para a Copel) de 15 bilhões de cruzeiros. Como derradeiro recurso, Ary Veloso Queiroz apelou ao ministro das Minas e Energia César Cals, que até no momento ainda não tinha dado uma resposta.

O que se constata, senhor presidente e senhores deputados é mais uma tentativa de extorsão por parte do governo Federal, em detrimento do nosso Estado e de uma Companhia Paranaense. Este problema energético, assume proporções comparáveis à da reforma tributária, no sentido da centralização excessiva do Poder Central sobre os Estados da Federação, o objetivo deste pronunciamento é promover uma ampla mobilização da opinião pública no sentido da conscientização e repúdio deste atitude concentrada, bem como criar, a nível parlamentar pressões junto às autoridades federais, para a neutralização do problema que ameaça a autonomia da Copel.

Efetivamente, o assunto merece a maior atenção por parte desta Casa, em defesa de uma Companhia deste Estado, e uma tomada de posição firme diante de mais esta atitude extorsiva dos interesses e aspirações do povo paranaense".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Consulto à Liderança do PDS se deseja fazer uso do horário que lhe é designado.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Fará uso do horário, o senhor deputado Donato Gulín.

O SR. DONATO GULIN — Senhor presidente, senhores deputados.

Há 15 dias atrás, os suplentes de deputado federal, estadual e vereador do nosso partido, o PDS, reuniram-se aqui na Capital do Estado do Paraná, para juntos, discutirem e formarem algumas metas que pretendem seguir, a partir do próximo ano de 1984.

E dentro desse espírito e com a colaboração, inclusive dos atuais políticos que detêm mandato do Partido Democrático Social, pretendemos em conjunto fazer com que a nossa sigla partidária, o nosso partido, volte a retomar e a ocupar o lugar que até então ocupava dentro do Estado do Paraná com relação às lides políticas.

Neste instante, senhor presidente, senhores deputados, os membros que lá compareceram, fizeram um manifesto, o qual passaremos a citar: (Lê).

"Os participantes do II ENCONTRO DE BASE DO PDS DO PARANÁ, reunidos em Curitiba, em reunião plenária realizada no Auditório da Igreja Nossa Senhora da Guadalupe, em

27 de novembro de 1983, após apresentação, análise e discussão, decidiram aprovar a subscrição de um documento e dele dar conhecimento a todos os dirigentes partidários a nível municipal, estadual e federal, bem como a todo o povo do Paraná, posicionando-se corajosamente nesta hora grave e histórica da vida nacional, baseados nas seguintes razões:

— Num País onde se busca o aprimoramento democrático é basilar saber que qualquer partido político só sobrevive e cresce se contar com BASES sólidas, coerentes e motivadas;

— O PDS — Partido Democrático e Social, ponto de apoio do Governo Central, jamais atuou como partido político propriamente dito, tendo sido o canal utilizado por “pseudo-políticos”, muitas vezes mal intencionados, para chegarem ao poder ou perto dele. Dessa forma, hoje, o PDS é acusado de cúmplice pela situação de calamidade que esses pseudo-políticos colocaram o País.

— Os verdadeiros políticos do PDS que geralmente atuam nas bases quer como vereadores, prefeitos, deputados estaduais e federais, jamais tiveram a consideração e o respeito por parte dos tecnocratas (pseudo-políticos) que, apoiados pelo Governo Federal, alheios aos verdadeiros anseios da Nação e contrariando os interesses nacionais, inviabilizaram a vida do povo brasileiro, provocando a recessão, a galopante inflação, o desemprego, a miséria e o desespero.

— Os governos Estaduais, até recentemente meros representantes do Poder Central, por terem sido indicados e não eleitos pelo povo, perderam durante longos anos a autoridade e a força da reivindicação, junto ao governo federal, deixando os Estados e municípios excessivamente dependentes e empobrecidos. Não exigiram como se devia, uma reforma tributária que viesse justificar o nome da nossa República Federativa do Brasil.

— Foram os legítimos políticos do PDS do Paraná, que com luta e muito trabalho, ofereceram ao Partido, nas últimas eleições, 1.127.175 votos que permitiram a eleição de deputados federais, deputados estaduais, prefeitos e vereadores, não obstante os descabimentos da política econômica do governo federal, a subserviência do governo estadual, agravados ainda por um esdrúxulo sistema de vinculação de votos.

— Enfim, foram as bases políticas do PDS do Paraná que garantiram nas eleições, 14 cadeiras na Câmara Federal; 24 cadeiras na Assembleia Legislativa do Paraná aos atuais deputados federais e estaduais, além de mais de uma centena de prefeituras e considerável número de vereadores nos municípios do Paraná.

EM RAZÃO DISSO, DECIDEM:

— Conclamar os deputados federais do PDS do Paraná, para que assumam perante as bases que os elegeram, uma postura de políticos autênticos, nas reivindicações e pleitos perante o governo federal, deixando de lado a subserviência que tem caracterizado o PDS. Apoiando quando preciso e rebelando-se quando necessário às medidas impostas pelos tecnocratas. Defendendo com garra e patriotismo os legítimos interesses do povo do Paraná.

— Conclamar os deputados estaduais do PDS do Paraná, para que assumam perante as bases que os elegeram, uma postura de políticos autênticos nas reivindicações, formulação de pleitos e críticas ao governo estadual. Apoiando, quando preciso, divergindo, criticando e denunciando quando necessário. Atuando em conjunto como deputados de oposição.

— Conclamar a Comissão Executiva do PDS do Paraná, para que, assumida perante os companheiros que militam e compõem a base do partido, o compromisso da consulta permanente; do acatamento e providências, junto aos órgãos da administração federal, dos pleitos de interesse coletivo do povo do Paraná; da mobilização, motivação e envio de informes da atuação do partido aos diretórios municipais, que, enfim, ofereçam aos militantes do partido, informações e subsídios para que possam exercer em todos os municípios, uma posição firme, coe-

rente e efetiva ao governo estadual.

DECIDEM AINDA:

— Declararem-se favoravelmente à realização de eleições diretas em todos os níveis, inclusive para a presidência da República, embora reconheçam a legitimidade do sistema atual.

— Declararem-se favoravelmente a que o Diretório Nacional do PDS escolha e homologue os nomes que concorrerão às eleições presidenciais, devendo essa escolha recair sobre o nome de políticos de comprovada competência política, administrativa e empresarial, sem maiores compromissos com o passado, mas comprometidos com o futuro da nossa Nação e do nosso povo.

— Declararem-se favoravelmente a uma profunda reforma da Constituição onde fique claramente definido o fortalecimento do Poder Legislativo e de maior autonomia municipalista.

— Declararem-se contrariamente à política econômica imposta ao País pelos tecnocratas da área econômica, que com o apoio integral do Presidente João Figueiredo, decretaram a recessão, ocasionando o desemprego, o alto custo de vida, a inflação galopante e levando aos lares brasileiros, conseqüentemente, a insegurança, a miséria e o desespero.

— Declararem-se contrariamente às ingerências e às imposições do Fundo Monetário Internacional — FMI, que face a nossa soberania e contrária os interesses da Nação, e do seu povo, principalmente no que se refere à política econômica-financeira, à política de achatamento dos salários e a política do Sistema Financeiro de Habitação (BNH).

— Declararem-se contrariamente às perseguições políticas praticadas pelos governos estaduais e prefeitos municipais, tendo em conta que a hora é de uma união em torno dos objetivos maiores da Nação.

Esta, senhor presidente e senhores deputados foram as conclusões a que chegaram os componentes do Partido Democrático Social que não tiveram o privilégio, que não tiveram o prêmio e que não tiveram lamentavelmente o apoio da população e dos eleitores do Estado para ocuparem uma cadeira à Câmara Federal, à Assembleia Legislativa, à Prefeitura Municipal ou Câmara de Vereadores.

Era só, senhor presidente. (Com revisão do orador).

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Pela ordem, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Pela ordem, concedo a palavra ao senhor deputado Tércio Albuquerque.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — No restante do horário da liderança do PDS, falará o senhor deputado Gabriel Manoel.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Com a palavra o senhor deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Senhor presidente e senhores deputados. Hoje o que nos traz aqui, agradecendo primeiramente a bondade do líder em exercício, deputado Tércio Albuquerque, é para não esclarecer porque já é de domínio público; não vimos os homens que lutam pela liberdade; não vimos os homens da bancada do PMDB, que lutam pelos direitos humanos a falar qualquer coisa sobre a barbaridade que se fez em São Paulo, com a égide do grande partido da renovação, do partido dos justos, do partido senhor presidente, senhores deputados e imprensa do meu Paraná, que ia trazer paz e a tranquilidade.

Onde estão as vedetes do PMDB quando viram, ouviram e souberam que sob o patrocínio de um dos grandes chefes deste

partido, o governador paulista, uma invasão de bárbaros, sr. presidente. Uma invasão que nos envergonha, nesta época, a residência de um homem que foi governador de São Paulo, de um homem que é deputado federal, um dos mais votados do Brasil, de um homem que não quer nada mais do que o bem-estar de sua terra e de sua gente.

Sr. presidente, não se levantaram as vozes a defender um brasileiro legítimo. Calaram-se. E como dizia Camões: "Cessou tudo o que da antiga musa canta". Calaram-se as vozes das se-reias, porque o governador Franco Montoro queria uma vindita, queria cercar a caminhada de um homem que há de ser o presidente da República.

Mandar, sr. presidente, srs. deputados a imprensa do meu Paraná, nesta época, invadir a propriedade de um cidadão, por mais humilde que ele seja. Quem ficou denegrado foi o governo peemedebista de São Paulo, e fomos nós os parlamentares, que não tivemos vozes a se levantar, dos homens que se dizem os "salvadores da Pátria", os homens que lutam e labutam pelos direitos humanos, que defendem os "trombadinhas", que defendem os assaltantes de bancos que, muitas vezes, ceifam vidas inocentes.

Eu queria dizer ao Paraná, sr. presidente e meus companheiros do PDS, onde estão as vozes, os falsos humanos que não têm direitos humanos para defender, só pelo fato de que Paulo Malluf está numa trajetória de ascensão. Então, a polícia do PMDB paulista, vai e invade a residência de seus familiares, e hoje não estamos aqui a lamentar, porque, graças a Deus, a Polícia Federal já está tomando conhecimento. Mas, onde está a polícia dos falsos "messias"? Onde está a polícia dos homens que dizem que vão resguardar o respeito humano, os homens que dizem que são cristãos?

Sr. presidente, devia, pelo menos, neste instante, a levantar uma voz e a censurar o grande "cacique" peemedebista do Brasil, o homem que deveria salvar São Paulo, que seria o expoente máximo do Brasil — e se calam todos. Nós, de nossa bancada, não somos covardes, se fosse o contrário, estaríamos dando lenitivo e consolo aos homens que padecem; padece Paulo Malluf, por pertencer ao partido que é a nossa honra e a nossa glória, apesar da tecnocracia de Delfim Neto e outros, mas estamos aqui mantendo, mas sempre alertas, para dizer ao PMDB que "quem cala, consente". Calaram-se os homens, "cesse tudo o que a antiga musa canta", acovardaram-se todos que temem o caudilho, Franco Montoro, no Estado de São Paulo. Onde está a defesa dos direitos humanos? Onde está a CNBB? Onde estão os homens que defendem, muitas vezes, marginais e assaltantes? Onde estão os homens que, desta tribuna, defenderam quantos e quantos processados pela Lei de Segurança Nacional?

Cessou tudo, sr. presidente, e é isso que nos revolta: dois pesos e duas medidas, e mais uma vez, o PMDB do Brasil, o PMDB do Paraná, lavrou um tento de incompetência, de falta de amparo, de falta de esclarecimento, e diante desta revolta, eu queria dizer, sr. presidente, que estamos envergonhados de pertencer a um Poder Legislativo que não defende a efêmera verdade, que não defende nem mesmo os caudilhos, não defende, sr. presidente, porque temem, e quem teme não é digno de dirigir a facção do Paraná, nem da Nação.

Meus parabéns ao governador Franco Montoro, que dê a demonstração do que seria o Brasil se esta plêiade de homens estivesse a dominar este País. Seria pior que Delfim Neto, seria pior que a ditadura da Argentina passada, seria uma nova Cuba. Mandar invadir lares não é do feitio do PDS. Temos um feitio cristão de defender a verdade, e calaram-se as vozes.

Perdoem-me os companheiros de bancada do PDS ao dizer que estou desenganado, desencantado, com toda a bancada do PMDB do Paraná e do Brasil, porque, covardemente, se calaram. Covardemente deixaram o caudilho, o gagá, a mandar invadir sem ordem e sem lei, por mera suspeita, nada provando,

a residência de um homem presidenciável, apesar dos "delfins nettos". Eles estão de "pari passu" talvez concordando com o estado de coisas econômico que aí está.

Enquanto o sr. Tancredo Neves bajula o presidente da República, a polícia, a famigerada polícia paulista, invade a residência de um homem que é presidenciável e que, graças a Deus, até hoje, apesar da sanha de nossos adversários, nada puderam provar, porque contra a força, não há resistência. O sr. Werner Wanderer — Vossa excelência me permite um aparte? (Assentimento)

Nobre deputado Gabriel Manoel, o que aconteceu em São Paulo é uma pequena amostra do que está acontecendo no País inteiro. Os homens que pregavam respeitar o próximo, respeitar as propriedades, respeitar a Constituição, são os primeiros, assim que assumiram o Poder, a inverter tudo aquilo que falavam e pregravam na campanha e nos palanques políticos.

A invasão da propriedade particular de um deputado federal é uma demonstração de quanto poderia acontecer se tivesse um AI-5. Se eles tivessem um AI-5 nas mãos. Então, a gente fica preocupada com a situação que poderá um dia acontecer. Quando tínhamos o AI-5, evidentemente algumas prisões ilegais aconteceram, mas será que não iriam fuzilar as pessoas que iriam prender com o AI-5?

A gente fica preocupado. O governador de São Paulo, Franco Montoro, declarou em Buenos Aires, quando foi na posse do presidente da República, que ele está certo, que ele não fez mais do que cumprir a lei. Quando os próprios companheiros dele reclamaram. Deputados reclamaram desta invasão, os deputados do PMDB, porque pregaram uma coisa e hoje estão fazendo outra. Agora, o presidente da Argentina, diz que vai cumprir a lei dentro da Constituição. E muito se fala neste País que tem que colocar a democracia como está na Argentina. Evidentemente também queremos democracia plena, total, mas com garantias, e não com esta farsa que lá em São Paulo aconteceu.

O SR. GABRIEL MANOEL — Muito bem, deputado. Agradeço a vossa excelência pelo seu aparte, e queria dizer-lhe que "cada povo tem o governo que merece". Foi uma grande ilusão Franco Montoro, foi o PMDB. Porque neste momento em que vemos, num piscar de olhos, autoridades constituídas ou nomeadas a mandar invadir propriedade privada. Ao cessar o elemento direito de ir e vir, do direito sagrado que a propriedade é respeitada pelas leis do País, vemos a se delinear uma nova Cuba no Brasil.

O sr. Dirceu Manfrinato — Vossa excelência me concede um aparte?

O SR. GABRIEL MANOEL — Um momento, deixe só complementar o meu raciocínio e já darei o aparte.

Vemos, sr. presidente, se calarem os inocentes úteis. Vemos a ausência de vozes se levantando, no Paraná, em defesa dos direitos humanos, dos direitos sagrados, elementares. Direito elementar de qualquer pessoa, por mais humilde que seja, vemos um PMDB faccionado, perder uma eleição num diretório regional do Brasil para um homem que entrou ontem no Partido, vemos os homens deste partido querer dominar o País, homens dignos, sim, que até ontem mereciam o nosso respeito; vemos sumirem em suas mãos o poder e transferir pela benesse que hão de receber dos seus caudilhos, vemos a falta de autenticidade dos homens que defendem, com muito orgulho, que defenderam o rapto que se fez daquele casal uruguaio, daquele jornalista de Foz do Iguaçu, mas após o segundo peso e a segunda medida cessou tudo, acovardaram-se de medo que o grande caudilho paulista desse um puxão de orelha, que o grande Tancredo Neves fizesse mais uma manobra para deixar este partido que talvez fosse a esperança do

País, flacionado, temeroso, acovardado, porque quem não defende seus adversários, seus compatriotas, não é digno de respeito.

E quando nós falamos de Franco Montoro, o maior desastre político de São Paulo, vamos meus companheiros ilustres da bancada do PMDB, a calarem-se e "quem cala, consente".

Deveríamos incorporados, sr. presidente, fazer um protesto com a devida vênia, para defender um deputado federal, que faz parte de um Poder Legislativo que não interessa, se é do PDT, do PT, do PMDB ou do PDS, o que interessa é que a estrutura brasileira, o que interessa é que não podemos ser covardes, porque o Poder Legislativo que foi ofendido.

Onde estão as patativas, sr. presidente, srs. deputados, que defendem o elemental: dos direitos humanos, onde estão? Calaram-se. Digo mais uma vez do medo do caudilho segundo, Franco Montoro.

Vossa excelência tem um aparte.

O sr. Dirceu Manfrinato — Eu agradeço pelo aparte, nobre deputado, que nós, nesta tarde, ouvimos o pronunciamento de vossa excelência, como ouvimos também o pronunciamento do deputado Nelson Buffara, tecendo críticas violentas contra o governador de São Paulo, Franco Montoro.

O SR. GABRIEL MANOEL — Vossa excelência me permite?

Não é crítica, é realidade, e crítica não contra o governador, e sim contra a injustiça, que era o programa do patamar, do partido de vossa excelência.

O sr. Dirceu Manfrinato — Eu até entendo, nobre deputado, que isto venha a ser um pingão de água no oceano, apesar das acusações de vossa excelência, porque vossa excelência se esquece.

Vossa excelência me deu o aparte, vai permitir, vossa excelência tem medo da verdade.

O SR. GABRIEL MANOEL — Vossa excelência me permite cassar sua palavra porque vossa excelência está brincando.

O sr. Dirceu Manfrinato — Vossa excelência vai me conceder o aparte?

O SR. GABRIEL MANOEL — Após eu raciocinar, porque vossa excelência está falando bobagem.

O sr. Dirceu Manfrinato — Mas vossa excelência está fugindo da verdade.

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) A presidência confirma a palavra ao sr. deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Eu concedi o aparte a vossa excelência, com toda honra e com todo respeito, mas pingão de água no oceano, uma barbaridade dessa eu não podia ouvir da boca de vossa excelência (vazes sobrepostas) o raciocínio de vocês, dos senhores, pobre Paraná, coitado do povo, são três anos de amargura que haveremos ...

O sr. Dirceu Manfrinato — Sr. deputado...

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. presidente, vossa excelência desconta o tempo que me foi tolhido.

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) (Faz soar os tímpanos) A presidência solicita ao sr. deputado Dirceu Manfrinato que faça o aparte, desde que lhe seja concedido, e assegura a palavra ao sr. deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Obrigado, sr. presidente, eu gostaria que vossa excelência descontasse o tempo.

O sr. Dirceu Manfrinato — Vossa excelência me concede um aparte?

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. presidente, depois que o deputado se acalmar, continuaremos.

Sr. presidente, srs. deputados, é uma barbaridade, é um pingo de água no oceano, o que diz o representante do PMDB, do partido majoritário, sr. presidente.

É um pingão de água no oceano. E onde está a nossa imprensa para ouvir isso? E esta bancada majoritária...

O sr. Dirceu Manfrinato — Vossa excelência permite um aparte?

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. presidente, eu peço a vossa excelência que pedisse ao deputado Manfrinato, nosso amigo, que cessasse um pouco de me interromper.

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) A presidência assegura a palavra ao sr. deputado Gabriel Manoel, afirmando que tem um minuto para concluir seu pronunciamento.

O SR. GABRIEL MANOEL — Obrigado, sr. presidente.

É uma barbaridade. Isto "é o fim da picada", como diz meu povo do Norte do Paraná. É um pingão de água no oceano.

O sr. Dirceu Manfrinato — Vossa excelência não permitiu que eu concluísse meu aparte.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — (Pela ordem) Sr. presidente, solicito a vossa excelência que faça cumprir o Regimento Interno, assegurando a palavra ao sr. deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. presidente, se a tecla do PMDB, de invadir propriedade privada, a polícia do famigerado governador de São Paulo, é um pingão de água no Estado. Pobre Paraná, pobres Estados onde ganhou o PMDB, onde o parlamentar vem dizer, que uma ingerência indébita no município é um pingão de água no oceano.

Eu pediria a atenção da imprensa do Paraná, que está ouvindo um deputado que eu respeito, a dizer que, uma invasão de domicílio é um pingão de água no oceano.

Se é isto, caiu a máscara. Caiu a máscara dos homens que juravam em palanque, defender o Paraná e o Brasil. Caiu a máscara, sr. presidente, e haveremos de voltar desta tribuna, para defender o direito legítimo e certo da Constituição brasileira; haveremos de dizer ao povo, de casa em casa, e de água em água.

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) Esta presidência informa que está esgotado o tempo de vossa excelência.

O SR. GABRIEL MANOEL — É um pingão de água no oceano, sr. presidente.

Essa ficou gravada para a posteridade.

Muito obrigado. - (Sem revisão do orador).

O SR. DIRCEU MANFRINATO — (Pela ordem) Sr. presidente, srs. deputados. Quando nós nos propomos assumir a tribuna da Assembléia Legislativa, trazemos no nosso bojo...

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — (Pela ordem) Sr. presidente, requeiro que vossa excelência consulte o orador qual o artigo do Regimento Interno que ele está usando da palavra?

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) Procede a questão de ordem de vossa excelência, e a presidência consulta o nobre deputado Dirceu Manfrinato, qual é o artigo infringido.

O SR. DIRCEU MANFRINATO. — Sr. presidente, eu diria, de início à presidência, que já fui prejudicado, quando eu estava levantando uma questão de ordem, e vossa excelência concedeu-a ao deputado Tércio Albuquerque. Agora eu invoco o artigo 97 do deputado Gabriel Manoel, que lhe dá o direito e o respaldo de pedir a questão de ordem (risos).

O SR. PRESIDENTE — Por este artigo eu informo a vossa excelência que não procede a questão de ordem, e por isso mesmo, está encerrada a Hora do Expediente.

Passaremos à Ordem do Dia.

O SR. DIRCEU MANFRINATO — Muito obrigado, sr. presidente.

(Risos)

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 srs. deputados.

Sobre a mesa, requerimento de autoria dos srs. deputados Ferrari Júnior e Tadeu França, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos familiares do sr. deputado Gabriel Sampaio, externando-lhes intensa solidariedade e pêsames, pelo falecimento que consternou toda a sociedade paranaense. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Orlando Pesuti, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do sr. Geraldo Belther, cidadão pontagrossense, ocorrido nesta Capital. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do sr. Feres Guérios Netto, ocorrido no dia 07 de dezembro do corrente ano, nesta capital. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando votos de regozijo pelo transcurso do Dia da Bíblia, bem como de louvor ao sr. prefeito municipal de Curitiba, pela entrega do "Monumento à Bíblia". — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao jornal "Folha de São Paulo", pela publicação do editorial intitulado "Em nome da Dignidade". — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Orlando Pesuti, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao sr. secretário da Cultura e Esporte, visando a construção de quadra de esportes no distrito de Jacutinga, no município de Ivaiporã. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Orlando Pesuti, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao sr. secretário da Cultura e Esporte, visando a construção de quadra de esportes no distrito de Ariranha, no município de Ivaiporã. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Orlando Pesuti, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao sr. secretário do Interior, para que o mesmo determine à Telepar a instalação de linha telefônica no Aeroporto "Águia Branca", localizado no município de Manoel Ribas. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Orlando Pesuti, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao sr. secretário do Interior, para que o mesmo determine à Sanepar, a extensão da rede de distribuição de água ao aeroporto "Águia Branca", localizado no município de Manoel Ribas. — Em discussão.

O SR. PAULO FURIATTI — Para discutir, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do sr. deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando transcrição nos Anais da Casa, do artigo "Preito a Alcides Munhoz Netto", de autoria do sr. ex-deputado Accioly Neto, publicado no jornal "Gazeta do Povo". — **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta ata).

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente

sessão, marcando outra para amanhã, terça-feira, dia 13, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1.^a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.^{os} 247, 251 e 252/83
Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO ANTÔNIO ANNIBELLI, EM SESSÃO DO DIA 12 DE DEZEMBRO DE 1983.

"Preito a Alcides Munhoz Neto"

Concordo com aqueles que estabelecem a seguinte divisão entre as pessoas: as que fazem a história e as que são feitas pela história.

As pessoas que fazem a história são aquelas que deixam sua marca pessoal nos rumos da civilização, ao passo que aquelas que são feitas pela história compõem a gigantesca massa acinzada que, como as ondas, vão e voltam ao mundo deixando apenas um registro de nascimento e um registro de óbito.

As primeiras, embora mortais, se imortalizam; não morrem porque a história jamais morre.

As outras sempre morrem, porque precisam ceder lugar no reduzido espaço geográfico que ocuparam sem alarde ou importância.

As que fazem a história não sucumbem mesmo ante a fatalidade que, algumas vezes, interrompe-lhes a vida física e subtrai ao mundo a ventura de vê-las semeando os novos tempos, para que nós, os comuns, possamos colher o futuro que temos a esperança de viver.

Assim foi com Alcides Munhoz Netto.

Certamente que foi para pessoas como ele que Vieira pregou este sermão:

"Tem-se acreditado a morte com o vulgo de muito igual, pelo despeito com que pisa igualmente os palácios dos reis e as cabanas dos pastores: Aequo pulsat pede paperum tabenas regumque tures. Que os palácios dos reis por mais cercados que estejam de guardas, não possam resistir às execuções da morte, bem o experimentou esta vida. Justo era que aquelas portas que tão cerradas costuma estar às verdades, lhe deixasse ao menos a natureza aberto este postigo aos desenganos. Mas nesta mesma igualdade comete grandes desigualdades à morte. É igual, porque não faz exceção de pessoas; é desigual porque não faz diferença de idades, nem merecimentos. Matar a todos sem perdoar a ninguém, igualdade é; mas tirar a vida a uns tão tarde e a outros tão cedo, deixar os que são embaraço do mundo, e levar os que eram ornato dele, que desigualdade maior? Todos se queixam da pressa com que corre a vida; eu não me queixo senão da desigualdade com que caminha a morte".

Mais do que desigualdade, ceifar a vida de Alcides Munhoz Netto foi, sobretudo, uma estúpida injustiça.

Numa hora em que, mais do que nunca, o mundo depende daqueles que têm inteligência, cultura e talento, tira-se a vida de Alcides Munhoz Netto, deixando viver os medíocres, incultos e imprestáveis que outra coisa não têm feito senão impedir que a história ganhe grandiosidade.

É extremamente penoso enfrentar essa verdade

cruel representada pelo fato de que perdemos o advogado inigualável, o mestre insuperável e o jurista acatado Alcides Munhoz Netto.

Do advogado guardo, de forma indelével, sua última atuação no Tribunal do Juri. Sem qualquer exagero, e todos que assistiram ao julgamento de Márcio Atab devem pensar da mesma forma. Alcidez Munhoz Netto teve um desempenho magnífico. A tese sustentada perante os jurados — legítima defesa putativa e legítima defesa real da honra — constituiu-se num primoroso exercício de lógica jurídica, mediante o qual ele demonstrou, de maneira irretorquível, que não haveria como explicar o homicídio senão pelo comportamento da vítima. De modo paciente e impecável, e com sua voz portentosa e presença dominante, construiu a tese sobre a reconstrução das circunstâncias que culminaram com a morte da vítima, criando nos jurados a convicção de que realmente o réu, como qualquer um deles faria em condições análogas, agira em legítima defesa. Não houve a réplica e, como é sabido, o réu foi absolvido. Saiu do júri engrandecido, e, o que é mais importante, pude sentir em Alcidez Munhoz Netto que vivia um instante de intensa felicidade pessoal. Afinal, este sentimento também toca o coração dos grandes homens.

Da figura do advogado passo a lembrar, agora, do professor Alcides, assim professor Alcides, como era respeitosamente chamado pelos seus orgulhosos alunos e pelos seus não menos orgulhosos colegas de magistério. O que primeiro me ocorre, sobre o professor Alcidez, foi o concurso que realizei para ingressar na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná. Afeiçãoado ao Direito Penal, por influência de meu inesquecível pai, pretendia lecionar essa disciplina na Faculdade onde fora graduado. A banca era composta pelos eminentes professores Athos Vellozo e Ildefonso Marques, mais o professor Alcides. Já conhecia o rigor e a exigência de perfeccionismo que o professor Alcides impunha aos sempre atemorizados candidatos a docente. Senti-me tomado, por isso, de um temor muito grande diante daquele sábio, a prestar atenção na minha humilde exposição sobre o crime de aborto. Porém, esse temor foi diminuindo na medida em que percebia, pelo sentido afirmativo dos seus olhos e pelo balançar positivo de sua cabeça de gênio, que, na pior hipótese, conseguiria dele a nota mínima, sete, exigida para concurso como o que se realizava. Quase explodi de contentamento, encerrada a exposição, quando ele atribuiu-me nota nove. E principalmente pelo que me disse: não lhe favoreci, a nota foi merecida. Eu bem sabia que ele, se assim entendesse, não titubearia em atribuir-me nota abaixo do mínimo, por não vislumbrar no candidato condições de lecionar Direito Penal. Mais exultante fiquei quando por ele fui solicitado a lecionar algumas aulas na turma da qual era o titular.

Os alunos do professor Alcides eram fáceis de identificar na Faculdade, pois todos eles, de uma forma ou de outra, procuravam imitá-lo nos gestos, na eloquência e, sobretudo, nos conceitos por ele emitidos em sala de aula. Ademais, esses alunos quando indagados sobre quem era o professor da cadeira de Direito Penal, estufavam o peito e empertigavam-se

para responder: é o professor catedrático Alcides Munhoz Netto.

Também gratificados pelo convívio com o professor Alcides ficam os seus colegas de magistério, especialmente nós do Departamento de Direito Penal e Processual Penal. Detinha ele uma liderança natural no Departamento, do qual foi chefe, e também por essa qualidade chegou a Direção da Faculdade de Direito, à qual devolveu a autonomia que restara perdida com a reforma (?) do ensino.

Ao lembrar do professor Alcides, quero, ainda, socorrer-me do notável San Tiago Dantas, por um discurso que pronunciou na Faculdade de Direito da USP, em homenagem ao professor Arnaldo Medeiros da Fonseca. É que este professor, pela descrição feita por San Tiago Dantas, assemelha-se muito com o professor Alcides: "a marca pessoal de Arnaldo Medeiros, que primeiro saltava aos olhos dos que o conheciam e de que talvez não fossem além os observadores apressados, era a emotividade intelectual. Seu espírito não contemplava com frieza os conceitos nem as realidades. Não era o especulador tranqüilo, que segue com paciência as peripécias lógicas de raciocínio, e convive sem paixão com os erros e as verdades, separando-os e eliminando os primeiros pelo poder calculado da reflexão. Seu espírito inquieto experimentava diante das dúvidas, uma espécie de angústia física, e diante do erro uma repulsa, que não raro lhe atropelava a palavra num assomo de indignação. A inteligência deste jurista se mantinha nas temperaturas elevadas de um polemista. E talvez viesse daí, dessa palpitação sincera da sua alma diante das questões que estudava, ou das teorias que ensinava, a impressão profunda, e por certo durável, que deixou no espírito dos seus discípulos, pois muito da influência de um estudioso provém da sinceridade, de que ele deixa entrever, no seu modo de tratar problemas, e resolvê-los. Mesmo fisicamente Arnaldo Medeiros deixava ver a emoção que punha no trabalho intelectual e o lastro de paixão com que encarava suas opiniões. Pouco importava que estas fossem de caráter estritamente técnico, e incapaz para outros de suscitar qualquer efusão de emotividade. Para ele eram sempre teses, pontos de vista que lhe cabia sustentar e por essas opiniões ora se enervava, ora resplandecia de entusiasmo".

Do professor ao jurista Munhoz Netto, não existe por assim dizer, uma linha divisória.

É que Munhoz Netto como professor era jurista, porque as suas aulas tinham o conteúdo de uma obra jurídica. Era como se ele estivesse escrevendo uma tese sobre a ciência penal, que tanto fica-lhe devendo.

A sua alentada produção bibliográfica teve início salvo engano de minha parte, com a publicação de "O Fator Cronológico Infanticídio", em 1958. A partir daí se seguiram: ainda no mesmo ano, "Da Tentativa no Código Penal Brasileiro", que foi sua tese de concurso; "Da Culpabilidade no Direito Brasileiro", "Erro de Fato e Erro de Direito no Anteprojeto de Código Penal", "Aspectos do Anteprojeto do Código Penal", "Crime Continuado", "A Culpabilidade no Novo Código", "As Causas da Exclusão da Culpabilidade", "Criminosos Habituais e Criminosos por Ten-

dência", "Descriminantes Putativas Fáticas", "A Ignorância da Antijuridicidade em Matéria Penal", "Aníbal Bruno e a Reforma Penal", "Estado de Direito e a Segurança Nacional", "As Inconstitucionalidades da Lei Orgânica da Magistratura Nacional", "As Prerrogativas Processuais dos Jornalistas", e o seu derradeiro trabalho foi sobre "Os Crimes Omissivos no Brasil" publicado em agosto deste ano. Trata-se de comunicação ao XIII Congresso Internacional de Direito Penal a ser levado a efeito em Cairo, no próximo ano. Não poderá ele, pessoalmente, debater a sua comunicação no referido conclave. Não terão os que participarem do certame, o privilégio de ouvi-lo, e para tanto, vinha Munhoz Netto reestudando a língua francesa, porque pretendia discutir diretamente e não através de intérpretes. Mais felizes, sem dúvida, foram os participantes do IX Congresso Internacional de Direito Penal, realizado em Haia, em 1964; do Colóquio Internacional de Penalistas, em 1967, realizado no então Estado da Guanabara; do X Congresso Internacional de Direito Penal, em Budapeste, no ano de 1974; da II Jornada Latino-Americana de Defesa Social, Brasília, em 1975; do XII Congresso Internacional de Direito Penal, realizado em 1979, na cidade de Hamburgo, como também o foram os participantes de um sem-número de conclaves nacionais de que Munhoz Netto obrigatoriamente fazia parte, como estrela de primeira grandeza.

Conferencista requisitado, acredito que falou sobre temas de Direito Penal em praticamente todos os auditórios do Brasil, transmitindo o seu saber, com formidável capacidade de comunicação. Excelente orador, Munhoz Netto galvanizava, como poucos sabem fazê-lo, o auditório em torno de sua exposição e nada, absolutamente nada, conseguia desviar a atenção dos que lhe ouviam as palavras que dele fluíam fácil, despejadas por um raciocínio invulgar. O seu discurso era sempre uma peça perfeita quer quanto a forma, quer quanto e principalmente, quanto ao fundo, isto é, ele revelava a sua genialidade através de uma construção retórica irrepreensível. A palavra não lhe constituía mistério algum e posso dizer, sem medo de errar, que ele a manejava como os pintores da Renascença manejavam os seus pincéis para mostrar o novo mundo que iria substituir a medio-

cridade e decadência que dominavam o homem.

Mas, Alcides Munhoz Netto, não era só o advogado, o professor e o jurista.

Através do profissional competente, do mestre formidável e do cientista jurídico respeitado, havia também o homem Alcides Munhoz Netto.

Era um homem peculiar, não muito fácil de ser definido.

Nele se multiplicavam as virtudes de um homem de caráter, cuja integridade pessoal era inatacável.

Não era um homem de risada fácil, antes era alguém que refletia no rosto a própria seriedade com que encarava a sua ingente tarefa de fazer a história.

Dele posso dizer, também que era um homem bem à frente do seu tempo, porque sempre deixava entrever a angústia que o dominava por ver-se embaraçado pela lentidão com que se desenvolve o fato cronológico.

Era um homem preocupado e ansioso que se não dava sequer descanso a si mesmo.

Alcides Munhoz Netto era, principalmente, um homem afetuoso e leal, sendo esta uma qualidade que nós os seus amigos tínhamos o privilégio de conhecer na convivência com ele.

Tinha por ele tão grande respeito quase reverencial, que sempre impedia-me de tratá-lo por você, ainda que o professor Alcides, por várias vezes, pedisse que deixasse de lado o tratamento mais cerimonioso que lhe dispensava.

Infelizmente, este grande homem, morreu.

Mas, apenas o seu corpo terrivelmente machucado é que deixou de ter vida.

Não sua memória, nem suas idéias.

A memória será perpetuada pela história em homenagem ao cientista que contribuiu para que ela viesse a ser realidade, e pelos amigos e admiradores, num permanente preito de saudade e, ainda, pelos invejosos e detratores, que continuarão, os primeiros, a cobiçar-lhe a inteligência, a cultura e o talento; os segundos, a regurgitar aleivosias.

As suas idéias estarão presentes, sempre que alguém pense em Direito Penal."

Accioly Neto é advogado e professor de Direito Penal.